

Comunidades Terapêuticas são fundamentais para recuperação de dependentes químicos

Montenegro - Em apresentação na Câmara de Montenegro, um coral de comunidade terapêutica cantou um hino de louvor, antecedendo o discurso de Roque Serpa, Presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas do Rio Grande do Sul: "em 1993, passei por um programa de recuperação, e se não fosse uma comunidade terapêutica, talvez, eu não estivesse aqui hoje. Estou a 26 anos caminhando neste processo, e a cada dia temos que agradecer a Deus, por mais um dia de vitória", diz Roque, que há 23 anos, fundei a primeira comunidade terapêutica, em São Sebastião do Caí.

Conforme Serpa, "anteriormente, as comunidades viviam o período da clandestinidade, da informalidade, porque não havia leis, e este problema trazia grande consequência às famílias". Prosseguiu: "os líderes religiosos e pessoas da comunidade vão criando métodos empíricos para atender as demandas como aconteceram com as comunidades te-

rapêuticas". Lembra que houve uma explosão de drogas e alcoolismo no Brasil. "A sociedade foi dando uma resposta, em face da morosidade do estado. As comunidades terapêuticas nasceram a partir de uma omissão do Estado, por não fazer algo em prol deste tema". Para ele, atualmente é impossível falar em recuperação dos dependentes químicos, no Brasil, sem falar nas comunidades terapêuticas. "São quase duas mil, formalizadas, mas devem passar de 2500, contando com 83 mil acolhidos, homens e mulheres. No Rio Grande do Sul, são em torno de 234, que atendem sete mil pessoas, aproximadamente".

Salienta que foi um trabalho que nasceu em um processo de omissão do Estado, no período de crescimento de uma epidemia do uso de drogas e o alcoolismo, "sendo que este pessoal foi sobrevivendo da maneira que era possível". Relata que lideranças religiosas, igrejas, associações de bairro, grupos de apoio, foram trabalhando para que este seg-

mento pudesse ser o que é nos dias de hoje. "Atualmente, vivemos um processo de 'pavimentação' deste caminho, através das legislações. Tivemos a oportunidade de participar da elaboração da Lei que rege o funcionamento das casas de recuperação do estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, fomos chamados a participar da elaboração do marco regulatório das comunidades terapêuticas do Brasil". Para Roque, houve um avanço muito grande, "e atualmente as Comunidades Terapêuticas são reconhecidas, por Lei, como um método eficaz na recuperação de dependentes químicos, respeitando as suas origens, que é a convivência entre seus pares, e onde são realizadas atividades laborais pelos próprios acolhidos, o que faz parte do próprio programa terapêutico, e a espiritualidade, dentro dos pilares da própria recuperação. Entendemos que as terras do Brasil são para produzir arroz, feijão, aipim, e outros, mas não para plantação de drogas".